

**PROCESSO** - A. I. Nº 210320.0034/17-2  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - ABB LTDA.  
**RECURSO** - RECURSO DE OFÍCIO– Acórdão 1ª JJF nº 0109-01/18  
**ORIGEM** - IFMT METRO  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET 08/06/2020

### **1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO CJF Nº 0052-11/20**

**EMENTA:** ICMS. DIFERIMENTO. IMPORTAÇÃO DE BENS DESTINADOS AO ATIVO FIXO DE BENEFICIÁRIO PRINCIPAL DO PROAUTO. O autuado é fornecedor de beneficiário principal do Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo da Bahia - PROAUTO, instituído pela Lei nº 7.537/99. A importação de bens do ativo realizada pelo autuado com objetivo de posterior comercialização com beneficiário principal do PROAUTO está amparada pelo diferimento previsto no art. 12 da Lei nº 7.537/99. Habilitação concedida ao autuado para entrada de bem do ativo imobilizado atende ao requerido pela legislação como condição para fruição do tratamento tributário. Rejeitada a arguição de nulidade. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

### **RELATÓRIO**

Trata-se de Ofício, em razão do Acórdão da 1ª JJF Nº 0109-01/18, que julgou Improcedente o Auto de Infração, lavrado em 29/11/2017, para exigir créditos tributários no valor histórico de R\$175.974,82 (cento e setenta e cinco reais e novecentos e setenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “b” da Lei nº 7014/96, em razão da seguinte irregularidade:

*INFRAÇÃO 1 Falta de recolhimento do ICMS no momento do desembaraço aduaneiro de mercadorias importadas (56.01.01), ocorrido em 27/11/2017.*

Da análise dos elementos trazidos aos Autos, a referida Junta de Julgamento Fiscal, recorre de ofício da presente decisão para esta Câmara do CONSEF, nos termos do artigo 169, I, “a” do RPAF-BA/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 13.537/11. Ao qual decidiu, por unanimidade, pela Improcedência do Auto de Infração com fundamento no voto condutor, abaixo transcrito.

### **VOTO**

*Inicialmente, verifiquei que foram observados todos os requisitos que compõe o Auto de Infração, previstos no art. 39 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), Decreto nº 7.629/99.*

*O presente Auto de Infração reclama ICMS na importação de robôs industriais efetuada por fornecedor de beneficiário principal do PROAUTO.*

*Rejeito a arguição de nulidade do Auto de Infração sob a alegação de que o autuante não teria competência para lavrar o presente Auto de Infração por ser ocupante do cargo de Agente de Tributos. O § 3º do art. 107 do COTEB estabelece competência aos Agentes de Tributos Estaduais para a constituição de créditos tributários decorrentes da fiscalização de mercadorias em trânsito. A ação fiscal ocorreu no Posto Fiscal da CODEBA durante fiscalização na importação de mercadoria. A fiscalização em postos que controlam a entrada de mercadorias importadas do exterior é considerada fiscalização de mercadoria em trânsito, sendo, portanto, legítima a ação fiscalizatória de Agente de Tributos que culminou com a lavratura do presente Auto de Infração.*

*No mérito, o caput do art. 12 da Lei nº 7.537/99 estabelece que o lançamento do ICMS incidente nas sucessivas operações internas e nas decorrentes de importação, com bens destinados ao ativo fixo, com destino final a estabelecimentos fabricantes de veículos automotores, beneficiários principais do PROAUTO, fica diferido para o momento das saídas dos produtos por eles promovidas. O § 5º do referido artigo acrescenta que o diferimento*

*do lançamento do imposto aplica-se, também, às operações realizadas entre os fornecedores das empresas beneficiárias principais do PROAUTO.*

*Desses comandos concluo que os bens do ativo fixo importados com o objetivo de serem incorporados por beneficiário principal do PROAUTO estariam amparados por hipótese de diferimento, ainda que a aquisição tivesse sido feita por fornecedor de beneficiário principal do PROAUTO.*

*Convém destacar que a Diretoria de Tributação da SEFAZ já havia emitido os Pareceres nº 1353/2001 e 1832/2000 em resposta à consulta formulada pelo autuado visando confirmar que as importações e as remessas para outros fornecedores de beneficiário principal do PROAUTO de células robotizadas estariam enquadradas nas hipóteses de diferimento previstas na Lei nº 7.537/99 (fls. 60 a 63).*

*Assim, a importação desses bens pelos fornecedores necessariamente teriam que ocorrer com o objetivo de revenda, já que não seriam incorporados ao seu ativo fixo. Desse modo, a importação com objetivo de revenda é absolutamente esperada que ocorra, pois antecede a subsequente comercialização efetiva com o beneficiário principal do PROAUTO ou com outro fornecedor do beneficiário principal, não podendo, portanto, ser alegado pelo autuante que a importação com objetivo de revenda não se enquadra nas hipóteses de diferimento de que trata a Lei nº 7.537/99.*

*O autuado é fornecedor de beneficiário principal do PROAUTO, está localizado no complexo da Ford Motor Company Brasil Ltda., Avenida Henry Ford, nº 2000, Camaçari/BA, conforme endereço constante nos autos. Assim, o que está em discussão é o atendimento da obrigação acessória da habilitação para operar no regime de diferimento, condição para fruição desse tratamento tributário.*

*As hipóteses de diferimento, constante no § 1º do art. 12 da Lei nº 7.537/99, são as seguintes:*

*“§ 1º O diferimento previsto neste artigo aplica-se às operações com:*

*I - insumos em geral, destinados à fabricação de:*

- a) veículos automotores;*
- b) partes, peças e componentes automotivos.*

*II - veículos automotores novos, partes, peças e componentes importados, destinados à revenda;*

*III - partes, peças e componentes nacionais, destinados à revenda;*

*IV - bens destinados ao ativo fixo, inclusive veículos automotores novos, das empresas beneficiárias.”.*

*Ao autuado foi concedida a Habilitação nº 4118000-3 para aquisição de bens do ativo imobilizado, conforme documento à fl. 58. A questão é como o fornecedor deveria descrever a hipótese de diferimento no momento da apresentação do requerimento de habilitação. É comum que os interessados repitam o texto constante no dispositivo legal que ampara a respectiva hipótese de diferimento. Assim procedeu o autuado ao indicar para habilitação a entrada de “bem do ativo imobilizado”, conforme documento à fl. 58, em sintonia ao indicado no inciso IV do § 1º do art. 12 da Lei nº 7.537/99.*

*Efetivamente estamos diante de hipótese de diferimento sui generis. A hipótese é para bens destinados ao ativo fixo de determinado contribuinte, mas admite que a hipótese alcance a aquisição feita por outro contribuinte, cujo objetivo da aquisição não é o seu ativo fixo, mas uma posterior comercialização àquele “determinado contribuinte” para incorporação ao ativo fixo.*

*De qualquer forma, sendo fornecedor de beneficiário principal do PROAUTO ou sendo fornecedor direto de beneficiário principal do PROAUTO, a confirmação da efetiva remessa posterior do bem somente seria possível mediante fiscalização na escrituração do importador, que não se adequa às atividades inerentes à fiscalização de mercadorias em trânsito.*

*Assim, concluo que, sendo o importador fornecedor de beneficiário principal do PROAUTO ou fornecedor de fornecedor e estando habilitado ao diferimento na entrada de bem do ativo imobilizado, foram satisfeitas as condições necessárias para fruição do tratamento tributário. Somente cabe a constituição de crédito tributário após constatação do efetivo desvio do destino esperado, a ser efetivado em uma fiscalização de estabelecimento. Entretanto, esta suspeição foi afastada com a apresentação pelo autuado, na sessão de julgamento, de cópia das Notas Fiscais nos 10028 e 10029 (fls. 85 e 86), emitidas pelo autuado em 02/02/2018, onde ficaram registradas as subseqüentes saídas dos robôs industriais com destino à Ford Motor Company Brasil Ltda.*

*Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.*

## **VOTO**

**A autuação versa sobre a Falta de recolhimento do ICMS no momento do desembaraço aduaneiro de mercadorias importadas (56.01.01), ocorrido em 27/11/2017, tudo relacionado no demonstrativo**

da auditoria.

O Autuante entendeu na lavratura do Auto de Infração que o Contribuinte importou com base na regra de diferimento do ICMS prevista na Lei que instituiu o Programa PROAUTO, concluindo que tal operação não amparava a sua pretensão. Portanto, entendeu que o contribuinte não estava habilitado nem autorizado para usufruir dos benefícios fiscais relativos ao programa.

A Junta por sua vez, além de entender que o benefício abarca a operação, destaca que a Diretoria de Tributação da SEFAZ já havia emitido os Pareceres nº 1353/2001 e 1832/2000 em resposta à consulta formulada pelo autuado confirmando que as importações e as remessas para outros fornecedores de beneficiário principal do PROAUTO de células robotizadas estariam enquadradas nas hipóteses de diferimento previstas na Lei nº 7.537/99.

Assim o GECOT em resposta a GETRI, ao qual ratifica o entendimento manifestado pela consultante, invocando o art. 12, § 1º, Inciso IV da Lei nº 7.537/99 para fundamentar seu opinativo entendeu que a importação descrita é alcançada pelo benefício do diferimento, uma vez que as células robotizadas irão compor o ativo fixo da Ford Motor Company Brasil Ltda., empresa beneficiária do PROAUTO.

Em que pese parte dos documentos e informações já constarem dos autos, verificou-se, sem dúvida, a plausibilidade dos argumentos e provas da ora Recorrida para contrapor a acusação levada a efeito pelo Fisco, pois através de pareceres emitido pela própria SEFAZ entendendo que o contribuinte goza do benefício do diferimento, conclui-se, dessa forma, que a Ddecisão recorrida não merece reforma.

Assim, pelo exposto, voto pela NÃO PROVIMENTO ao Recurso de Ofício.

#### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício interposto e manter a Decisão recorrida que julgou **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 210320.0034/17-2, lavrado contra **ABB LTDA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 04 de Março de 2020.

RUBENS BEZERRA SOARES – PRESIDENTE

ELDE SANTOS OLIVEIRA – RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JUNIOR – REPR. DA PGE/PROFIS